

'Centrão' não mudará

O GLOBO

O PAÍS • 13

texto da reforma agrária

BRASÍLIA — O "Centrão" não pretende alterar, durante as votações em plenário, um ponto polêmico do projeto de Constituição que, desde o início dos trabalhos constituintes, vinha sendo motivo de constantes disputas entre "moderados" e "progressistas": a reforma agrária. A informação foi dada ontem pelo Deputado José Lins (PFL-CE), coordenador da comissão encarregada de reunir as emendas do grupo ao substitutivo aprovado na Comissão de Sistematização.

— O entendimento ocorrido na Sistematização, de se remeter à lei complementar o que é de maior interesse, facilitou muito — afirmou José Lins, referindo-se à regulamentação do processo judicial de desapropriação.

O Deputado afirmou que o grupo vai acatar o texto, inclusive no que diz respeito à definição da função social da terra, incluída por emenda do Deputado Jorge Hage (PMDB-BA). Isso não impede, no entanto, que alguns parlamentares apresentem emendas paralelas.



José Lins coordena emendas

O "Centrão" pretende centrar fogo nos títulos II, III, VII e VIII do projeto, que incluem os direitos sociais, os bens da União e as ordens econômica e social. Apesar de já ter em mãos cerca de 300 propostas, José Lins afirmou que não deverão ser apresentadas mais de 25 emendas ao projeto, das quais cerca de seis substitutivos de capítulos.

— Ainda estamos discutindo, não temos nada definitivo — ressaltou. Uma coisa, no entanto, é certa, segundo ele. Mandato de Presidente, sistema de governo, estrutura dos poderes e anistia, entre outros, não farão parte do rol de alterações pretendidas pelo "Centrão".

— Isso é uma colcha de retalhos de opiniões e não há consenso dentro do grupo — esclareceu.

Uma das maiores preocupações do "Centrão", de acordo com José Lins, diz respeito à necessidade de inverter a tendência "estatizante" do projeto, que ele identifica, por exemplo, nas áreas de educação e saúde. O grupo pretende também fazer alterações na parte relativa à concessão de serviços públicos, para dar mais chances à iniciativa privada.

— Todo mundo diz que o Governo precisa desestatizar, mas a tendência da Carta vai no sentido oposto — afirmou.

Para José Lins, é necessário "impedir o xenofobismo" e possi-

bilitar, na futura Constituição, maiores facilidades para os investimentos externos no País.

— Pessoalmente, acho que a circulação de bens é subproduto da circulação de capitais — justificou.

O grupo discute, então, no capítulo que trata da empresa nacional, a questão das diferenciações, dentro do cenário econômico nacional, para empresas de capital nacional e estrangeiro.

A carga de tributos e contribuições para a iniciativa privada é considerada alta pelo "Centrão". Modificações nesta área estão sendo estudadas. Como tem sido comentado desde o fim das votações na Comissão de Sistematização, o grupo pretende alterar também a estabilidade, pagamento em dobro de horas extras, licença-maternidade, greve e jornada de trabalho. Segundo José Lins, capítulos como os da política urbana, da comunicação, ciência e tecnologia e dos índios deverão ser mantidos praticamente como estão.

Alguns temas que o grupo quer alterar

● Estabilidade

O projeto prevê garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada. O "Centrão" quer que a demissão seja punida com indenização compulsória progressiva.

● Jornada de trabalho

O projeto estabelece duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e 44 horas semanais. O "Centrão" quer, dentro da carga horária anual, a média de 44 horas de trabalho semanais.

● Hora-extra

O projeto determina o pagamento da hora extra em dobro. O "Centrão" quer garantir remuneração maior para o serviço extraordinário, mas deixar o valor para a lei determinar.

● Licença-maternidade

O projeto assegura licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração mínima de 120 dias. O "Centrão" está discutindo proposta que garante a licença, o emprego e o salário, mas não determina o período de afastamento, e também emenda que fixa a